



Escola do trabalho no semiárido paraibano: contribuições para a Agroecologia no Assentamento Zé Marcolino

School of work in the semiárid paraibano: contributions to Agroecology in the Settlement Zé Marcolino.

PAVAN RODRIGUES, Tessy¹; SPINELLI, Lucas²;

¹ Programa de Pós Graduação em Educação-UFPB, tessypri10@yahoo.com.br;

² Programa de Pós Graduação em Geografia-UFPB, lucasgespin@gmail.com

Eixo Temático: Educação Formal em Agroecologia

Resumo; Esse trabalho tem por objetivo apresentar as contribuições dos educandos do Pronera (Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária) para a construção da agroecologia em um assentamento do semiárido paraibano, desde o chão da escola local. Diante das dificuldades de enfrentar o pacote da agricultura convencional disponível para os camponeses, os educandos do Pronera repensaram o uso da escola do assentamento como pé de apoio para a sensibilização agroecológica de alunos e funcionários, ao mesmo tempo em que servia como campo de experimentação. Para isso se apoiaram em reflexões propostas pela Escola do Trabalho e pela Escola Comuna, de autoria do pedagogo soviético Moisey Pistrak, que sugere a autogestão escolar e os complexos temáticos a partir de temas da Atualidade (leitura de conjuntura e do entorno).

Palavras-chave: Pedagogia Socialista; Escola-Comuna; Convivência com o Semiárido; Diagnóstico-Participativo; Cariri Ocidental Paraibano.

Keywords: Socialist-Pedagogy; Comuna-School; Semiárid Living; Participative-Diagnostics; Cariri Ocidental Paraibano

Introdução

O objetivo inicial deste artigo é analisar as práticas educativas desenvolvidas na escola do assentamento Zé Marcolino, Prata - Cariri/PB e promover o debate teórico desde a perspectiva da *Escola Comuna da Escola do Trabalho* (PISTRAK, 2009) para fortalecer a agroecologia voltada à convivência com o semiárido. Partilhamos da ideia de que “O segredo da convivência está em compreender como o clima funciona e adequar-se a ele. Não se trata mais de “acabar com a seca”, mas de adaptar-se de forma inteligente. É preciso interferir no ambiente, é claro, mas respeitando as leis de um ecossistema que, embora frágil, tem riquezas surpreendentes” (MALVEZZI, 2007: 12).

Tomamos por pressuposto que a escola do Zé Marcolino detém a capacidade de geração de novas sociabilidades entre os assentados a partir de práticas pedagógicas relacionadas ao trabalho no campo e da inserção da comunidade no planejamento e nos usos da escola. Essas poderiam proporcionar a valorização do saber camponês e a transição agroecológica para a convivência com o semiárido junto aos membros da comunidade.



Metodologia

O assentamento Zé Marcolino, foi criado em 2003 dentro da antiga Fazenda Serrote Agudo e sua área abrange os municípios de Prata, Amparo e Sumé, pertencentes à microrregião do Cariri Ocidental paraibano e é fruto da luta por Reforma Agrária empreendida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Quatro agrovilas formam o assentamento: Lajinha, Macacos, Formigueiro e Cumarú. Tal região do semiárido brasileiro se caracteriza pela sua alta taxa de evapotranspiração e regime de chuvas de até 700 mm anuais (SANTOS et Al. 2007:1).

Num contexto de interiorização das universidades públicas, algumas assentadas ingressaram no ensino superior no campus das cidades de Sumé e Monteiro. E são essas jovens universitárias que passam a assumir as tarefas político-pedagógicas da escola. E que foram inseridas na turma do Pronera da UFPB/INSA, a partir de 2013.

As primeiras oficinas de agroecologia do Pronera foram realizadas no assentamento foram em outubro 2013. Nelas foram realizados diagnósticos comunitários que incluíram mobilização e sensibilização da comunidade, levantamento de problemas mais latentes, recorte do grupo de trabalho, resgate de histórias individuais e apresentação do tema da questão agrária no semiárido brasileiro. O diagnóstico das demandas dos assentados, elaborado por estas educadoras apontava três temas principais: Escola, Horta das mulheres, Estruturas de captação de Água (COELHO E GEBARA, 2015). Esses três temas já haviam sido trabalhados anteriormente, mas foram interrompidos. O motivo pelo qual não continuaram foi pura e simplesmente a questão da água.

Ora como afirma Malvezzi (2007: 12): “O segredo da convivência com o Semiárido passa pela produção e estocagem dos bens em tempos chuvosos para se viver adequadamente em tempos sem chuva. O principal bem a ser estocado é a própria água...como vimos, o Semiárido brasileiro é o mais chuvoso do planeta”. (Ibidem)

Isso significa dizer que a matemática da vida no semiárido deve incluir um cálculo de formação de estoque de recursos necessários à sobrevivência de uma família e sua unidade produtiva, para encarar três a quatro (talvez até mais) anos sem chuva. É a partir desse diagnóstico de um problema operativo concreto que foi pensada a escola do assentamento como pé de apoio para a agroecologia: a própria escola servindo como campo de experimento.

Resultados e Discussão

Apostamos nas contribuições da escola, entendida como um espaço simultaneamente econômico, político, pedagógico e tecnológico na construção de



uma *agricultura sustentável* de base ecológica, definida por: uso de recursos renováveis locais, baixa dependência de insumos disponíveis no mercado, utilização de impactos sinérgicos com a reprodução do meio ambiente local, aceitação e tolerância de condições locais, sustentação da produtividade, preservação da (bio) diversidade cultural, usos dos conhecimentos da população local, produção de mercadorias voltadas ao consumo interno e excedente voltado ao externo. (CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

A *convivência com o semiárido* surge aqui desde a agricultura e a pecuária camponesas, condicionadas ao uso do espaço, mas que transborda para outros campos da atividade humana. Entendemos aqui a importância da perspectiva de *convivência com o semiárido* como cultura distinta daquela que tem por objetivo o “combate à seca”. Cultura essa que serviu para o enriquecimento de coronéis dos sertões e ao empobrecimento das massas camponesas em sua condição de desvalidos da terra e das águas e que sustenta a hegemonia da indústria da seca¹.

O semiárido não significa miséria e escassez. Assim como qualquer outro território, o semiárido define limites concretos à forma de apropriação e uso de seus recursos naturais pelos seres humanos. Defendemos que o semiárido é bioma, clima, relevo, cultura, política e sociedade (processo social) e a *convivência com o semiárido* constitui um conceito civilizatório (MALVEZZI, 2007: 11) de adequação das práticas sociais ao ambiente específico dos sertões. Mas devemos nos perguntar: Como fazer a *convivência com o semiárido* se tornar uma ideia em movimento?

Pensamos que um dos caminhos pode ser através da escola de educação do campo, esta entendida como “o lugar da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, e não uma instituição livresca. É uma instituição que tem interação com o mundo, com a vida, com os processos de trabalho, com a produção real da cultura em diversos espaços, como pensar no que significa a agricultura no Brasil” (LEHER, 2015: s/n). Assim observamos a escola de educação do campo como resultado de uma síntese entre trabalho intelectual e manual que abre desde os processos educativos e seus espaços no dia-a-dia, sob controle da comunidade orientada, um projeto emancipatório.

Tal potencialidade se manifesta no dia-a-dia da escola. Por isso recorreremos ao debate de Pistrak de 1921 (2009), acerca da importância do trabalho produtivo e organizativo exercido pelos alunos (e toda a comunidade escolar) no ambiente escolar, a partir de sua obra *A Escola Comuna*. Para este educador soviético, o aprendizado da comunidade escolar acerca das próprias responsabilidades no ambiente escolar e seu entorno social é o chão teórico para o qual todas as reflexões mais universais exercitadas e construídas em sala de aula deverão ser interligadas.

¹ Um subsistema econômico baseado na concentração de terras, águas e créditos produtivos e na apropriação privada de bens da natureza e recursos públicos em nome do combate à seca.



Ao propor a autogestão e o trabalho como categorias centrais para pensar a educação, Pistrak aponta a importância dos processos coletivos de busca pela solução de problemas do cotidiano como motor da formação da consciência dos sujeitos no sentido da emancipação humana. A partir da primeira experiência da Escola-Comuna, o autor enumera algumas lições (2009: 148-9), dentre as quais: 1) espírito social e comunista, criado no pequeno coletivo de pequenos comunardos (alunos), 2) trabalho pautado na “criação de premissas materiais de existência, que organiza e disciplina” (Ibidem), 3) Autonomia entendida como auto-organização dirigida para a participação das crianças na construção de seu entrono (comuna); e relacionamento de camaradagem e amizade mútua entre adultos e os mais novos. (Ibidem)

O quê é o trabalho como central no processo educativo? Baseados em Pistrak, podemos afirmar que é fazer com que os sujeitos do processo educativo tenham de refletir, pensar e replanejar suas ações sobre processos de trabalho vividos e observados no ambiente escolar e relacionados ao seu entorno. Tudo isso dentro de um plano de desenvolvimento e de um projeto político-pedagógico posicionado da escola diante da Atualidade (Conjuntura).

Pensando na Atualidade do Semiárido Brasileiro e das famílias assentadas no Zé Marcolino, perguntamos: *Quais os maiores desafios enfrentados pelas famílias assentadas no contexto do semiárido? E dentro desse contexto, as famílias detêm os meios necessários para implementar de forma eficaz uma agricultura ecológica? Que meios seriam esses?* Dentro das nossas possibilidades nos concentramos em consolidar um desses *meios necessários* à agroecologia entendida como novo padrão produtivo: a escola do assentamento.

Conclusões

No início de 2014, as educadoras definiram junto à comunidade, um espaço de ação a partir da escola. Esta remetia uma experiência de coletividade do início do assentamento: seu prédio foi erguido pelos próprios assentados, que utilizaram recursos de organizações não-governamentais, para a compra de materiais. Com a construção da escola, as famílias buscavam possibilitar que os alunos do assentamento pudessem ir às aulas, sem ter de sofrer preconceito na cidade ou se deslocar por longos percursos sob o sol ou através das águas dos barreiros e rios que transbordavam em épocas de chuva.

Com o tempo foi possível fortalecer as práticas desenvolvidas pela professora-aluna da residência agrária junto às outras professoras, de trazer os pais ao ambiente escolar e de desenvolver a área social em torno da escola.

Ao longo de 2014 assumimos a água como tema central, desde a perspectiva da convivência com o semiárido naquela realidade escolar. Sem estrutura de captação de água, até mesmo as atividades da escola são afetadas durante a estiagem. Sob a perspectiva da crítica da propriedade privada da terra e da água e da relação entre



água, agricultura camponesa e soberania alimentar, organizamos as oficinas e o planejamento de ações a serem realizadas na escola, junto à comunidade, às professoras e aos alunos. Nosso objetivo foi tomando forma na valorização do saber e das práticas camponesas, do modo de vida camponês por parte dos próprios alunos.

No início de 2014 introduzimos aos alunos o tema da agroecologia e realizamos um planejamento coletivo, no qual exercitaram suas demandas e anseios de produção de frutas, verduras, plantas nativas e culturas de roçado.

Os próprios assentados propuseram a construção de cisternas, cerca-verde, cerca de arame para possibilitar a criação de animais, produção de mudas e a retomada da horta no entorno da escola. A comunidade demonstrou rapidez em responder às demandas levantadas nas oficinas. No segundo semestre de 2014 foram iniciadas as obras de construção das cisternas de placas em torno da escola, com recursos conseguidos pela associação dos assentados junto à prefeitura municipal da Prata e ao FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento da Agricultura). Em 2015, a área e o entorno da escola se tornaram um canteiro de obras de instalação de unidade demonstrativa de produção sustentável, que passou a contar com criação de animais, horta, plantas nativas e pomar, cercas e viveiro de mudas.

A partir da conclusão das obras, a escola do assentamento Zé Marcolino, como espaço de educação reconhecido pelo Estado, mas sob controle político-pedagógico dos camponeses, é capaz de articular ideias e práticas de novas relações sociais de produção do ponto de vista da agricultura ecológica específica para a convivência com o semiárido.

Referências bibliográficas

- "Entrevista Roberto Leher". In: *Brasil de Fato*. Edição de 01 de julho de 2015. <http://www.brasildefato.com.br/node/32359>, acessado em 10 de julho de 2015.
- Relatórios de campo I Etapa Tempo-comunidade Equipe Zé Marcolino, INSA-UFPB, novembro de 2013.
- Relatórios de campo II Etapa Tempo-comunidade Equipe Zé Marcolino, INSA-UFPB, novembro de 2014.
- SEMEAR. "A experiência de educação contextualizada no projeto de assentamento Zé Marcolino". Projeto Don Hélder Câmara. Prata, Paraíba. Março 2013.
- CAPORAL, Francisco Roberto; e COSTABEBER, José Antônio. "**Agroecologia e extensão rural.**" Contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília DF. MDA\ SAF\ DATER-IICA (2004).



- COELHO, Edigleuma e GEBARA, Lucas. “**Educação e trabalho na escola do campo**: processos formativos no assentamento Zé Marcolino”. Congresso Nacional de Residências Agrárias, Brasília, 2015.
- MALVEZZI, Roberto. “**Semiárido: uma visão holística**”. Brasília: Confea, 2007
- PISTRAK, Moisey. M. (organizador). **A Escola Comuna**. (tradução de Luiz Carlos Freitas e Alexandra Marenich) São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- SANTOS, Fabiana do N., JÚNIOR, José Sales A. W., ARAÚJO, Alexandre E. de; ARAÚJO, Albertina Maria R. B. de. **Avaliação participativa do sistema de produção desenvolvido no assentamento Zé Marcolino, Cariri-PB**. Fonte/Imprensa: 2007.